

texto →

CARLOS
VARGAS

Alguns tópicos em torno da questão

"PORTUGAL PERANTE OS DESAFIOS DA NOVA ORDEM
INTERNACIONAL DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO"

Fundação Cuidar o Futuro

Fevereiro de 1985





O advento de uma nova realidade cultural e política, em que se pode inserir a perspectiva de uma Nova Ordem Mundial da Informação é da Comunicação, é hoje um dado adquirido. A necessidade de encarar de uma nova forma as relações entre a informação e a sociedade, e de encontrar uma melhor tradução social do direito à comunicação, estão hoje e cada vez mais, na primeira linha das preocupações de muitos cidadãos.

O advento dessa nova era de progresso, em que poderá caber uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação, tem sido geralmente associado à nova realidade criada pela disponibilidade de novas tecnologias para o sector, que em particular na última década, vieram aumentar sensivelmente a capacidade técnica dos meios de comunicação, a nível mundial.

Pensamos, contudo, que uma N.O.M.I.C. não é essencialmente uma questão técnica - embora seja esse o aspecto mais frequentemente em foco nos debates sobre a questão.

É inegável que as novas tecnologias vieram revolucionar os sistemas de Informação e Comunicação mundiais. Mas a questão fulcral, ao reconhecer-se a necessidade de uma nova O.M.I.C. , parece situar-se ao nível da essência da própria informação, e das relações entre o poder político e a sociedade.

Todos nos sentimos certamente felizes ao pensar que o acesso ao conhecimento, obtido a partir da informatização e do estabelecimento de redes mundiais de dados, tem verificado progressos notáveis. Todos nos congratulamos decerto pelo facto de os fluxos informativos poderem hoje ser transportados através de satélites e outros meios técnicos sofisticados, por forma a recebermos ou emitirmos imagens, sons ou notícias de ou para qualquer parte do mundo. Deve reconhecer-se que na maior parte dos países em que o direito à comunicação tem algum conteúdo real, o nível médio da

informação posta à disposição do cidadão melhorou sensivelmente com a introdução das novas tecnologias.

Contudo, existem ainda abundantes exemplos do contrário: sociedades em que o progresso tecnológico não é posto ao serviço do homem e do aprofundamento da comunicação. Infelizmente, muitas sociedades há, ainda, em que a capacidade de comunicação entre os homens é entendida como uma ameaça, ou mesmo como uma agressão, aos poderes e aos valores instituídos.

Na RDA, por exemplo, em nome de uma certa forma de democracia e de liberdade, funcionários do Partido e de organizações afins, dedicavam-se, ainda há poucos meses, à sublime e patriótica tarefa de subirem aos telhados das casas dos seus concidadãos, orientando as respectivas antenas de TV por forma a impedir a captação de emissões provenientes de países vizinhos.

Infelizmente, o leste europeu não é o único exemplo do embaraço hoje em dia sentido por certos poderes, face à possibilidade de uma comunicação transnacional entre os homens.

É evidente que o factor principal que poderá inspirar uma N.O.M.I.C é o factor ético, único capaz de se reflectir sobre a essência da própria comunicação, enquanto fulcro de conhecimento, de cultura, de progresso.

O grande desafio que se coloca, pois, às sociedades modernas é o de saber se, criados os meios técnicos capazes de proporcionarem uma melhor qualidade da informação, essas sociedades e os indivíduos que as compõem serão capazes de comunicarem entre si a um nível eticamente superior. Esse é um dos maiores desafios que hoje se coloca aos dirigentes políticos, em todo o mundo - um desafio, reconheça-se, ao qual o poder, de uma forma geral, não conseguiu ainda responder de maneira coerente.





É óbvio que a necessidade de uma nova O.M.I.C. é sentida em Portugal de uma forma que não poderá ser dissociada da nossa dependência cultural e informativa. Cumprirá lembrar que os "inputs" da informação mundial recebidos em Portugal são provenientes de, praticamente, apenas meia dúzia de fontes : as agências France Press, Associated Press, United Press, Reuter, EFE e, muito remotamente, Interpress (3º Mundo) e Novostia. Os fluxos informativos que circulam em Portugal, a partir das delegações no estrangeiro das duas agências nacionais (Anop e NP) não tem expressão significativa, no conjunto dos "media" portugueses.

A esta dependência, que é aliás comum à maior parte dos países do mundo, mesmo aqueles onde existe liberdade de expressão, tem acrescido, negativamente, em Portugal, dois factores: 1º - O facto de, apesar das declarações de princípio constantemente reiteradas pela maioria dos dirigentes políticos, as relações entre o poder democrático e a Comunicação Social estarem longe de se caracterizarem pela transparência; 2º - O facto de, em Portugal, por imposição legal, os principais meios de Comunicação Social serem monopólio do Estado (Televisão e Rádio, com a excepção da Emissora Católica) e de numerosos jornais dependerem da confiança política do Governo. Se se atentar no que se tem passado na maior parte dos órgãos de Comunicação Social portugueses, na prática geridos pelo Governo, tem de concluir-se que a capacidade de pressão se sobrepôs, muitas vezes, à própria capacidade de expressão.

Voltamos, pois, à questão ética. Uma nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação é possível e necessária. Mas, no caso português, ela só poderá realizar-se, em plenitude, depois de cumprida uma etapa paralela: o estabelecimento de uma nova Ordem Nacional da Informação e da Comunicação - o que passará necessariamente por uma nova filosofia do exercício do poder político, o mesmo é dizer por uma nova forma de olhar a vida democrática.



Televisão:-2º Canal praticamente desactivado

- Candidatura da Igreja Católica à ocupação do 2º Canal
- Outras Candidaturas (RTI, etc.)

Rádio:-Dezenas de Candidaturas aguardam despacho governamental

- Algumas Emissoras Livres emitem regularmente na província

Imprensa estatizada:-Continua a política dos subsídios em troca de bom comportamento (DN, Capital)

Anop e NP:-Idem, idem

- Falhada a operação de encerramento da Anop, a fusão pode ser agora facilitada pela demissão colectiva das chefias da NP.

Imprensa privada:-Continua o apoio financeiro, ou a não execução das dívidas à banca estatizada, de jornais como O Dia, A Tarde, O Primeiro de Janeiro, O Tempo, etc.

Conselho da Comunicação

Social:-Primeiro órgão legal com poder deliberativo próprio e com capacidade vinculativa das decisões. Abrange uma vasta área de poderes, principalmente na apreciação e julgamento de casos de natureza ética. Representa uma mudança qualitativa importante no quadro da fiscalização dos órgãos de Comunicação Social. Todavia, a sua eficácia será sempre dependente da possibilidade de os seus membros se afirmarem independentemente dos partidos.